



Memórias paralelas: o não esquecimento como chave da TV pública para a cobertura da história de golpes vividos e tentados no Brasil

Iluska COUTINHO¹

Ana Paula Goulart de ANDRADE²

Resumo:

O artigo busca evidenciar as estratégias de midiaticização do não esquecimento na cobertura sobre os 60 anos do golpe civil-militar de 1964 e sobre o marco de um ano da tentativa de golpe de janeiro de 2023 realizada pela TV Brasil, emissora pública brasileira. A partir do contato com a empiria, a proposta é refletir sobre o ato de rememorar as histórias como ação de (re)existência do Jornalismo, entendido como instituição social comprometida com a democracia. Em termos metodológicos, recorre-se à análise da materialidade audiovisual para perceber como os jornalistas, ao cobrir a restauração da democracia depois dos atos golpistas de oito de janeiro de 2023, narram também as memórias do golpe que inaugurou, na segunda metade do século XX, um período de 21 anos de ditadura militar, enquanto, em certa medida, silenciam acerca do papel da mídia em uma história de sístoles e diástoles.

Palavras-chave: memória; ditadura; mídia; TV pública; resistência.

Parallel memories: non-forgetting as a key for public TV to cover the history of coups experienced and attempted in Brazil

Abstract:

The article seeks to highlight the mediatization strategies of not forgetting in the coverage of the 60th anniversary of the 1964 civil-military coup and the one-year milestone of the January 2023 coup attempt carried out by TV Brasil, a Brazilian public broadcaster. From contact with empirics, the proposal is to reflect on the act of remembering stories as an action of (re)existence of Journalism, understood as a social institution committed to democracy. In methodological terms, we resort to the analysis of audiovisual materiality to understand how journalists, when covering the restoration of democracy after the coup acts of January 8, 2023, also narrate the memories of the coup that inaugurated a period in the second half of the 20th century of 21 years of military dictatorship, while to a certain extent they are silent about the role of the media in a story of systoles and diastoles.

Keywords: memory; dictatorship; media; public TV; resistance.

¹ Professora Titular da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). *E-mail:* iluska.coutinho@ufjf.br

² Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). *E-mail:* goulartdeandrade@gmail.com





Memórias paralelas: el no olvido como clave para que la televisión pública cubra la historia de los golpes vividos e intentados en Brasil

Resumen:

El artículo busca resaltar las estrategias de mediatización del no olvidar en la cobertura del 60 aniversario del golpe cívico-militar de 1964 y del hito de un año del intento de golpe de enero de 2023 realizado por TV Brasil, emisora pública brasileña. Desde el contacto con lo empírico, la propuesta es reflexionar sobre el acto de recordar historias como una acción de (re)existencia del Periodismo, entendido como una institución social comprometida con la democracia. En términos metodológicos, recurrimos al análisis de la materialidad audiovisual para comprender cómo los periodistas, al cubrir la restauración de la democracia tras los actos golpistas del 8 de enero de 2023, también narran las memorias del golpe que inauguró, en la segunda mitad del siglo XX, un período de 21 años de dictadura militar, mientras, en cierta medida, guardan silencio sobre el papel de los medios de comunicación en una historia de sístoles y diástoles.

Palabras clave: memoria; dictadura; medios de comunicación; televisión pública; resistencia.

Introdução ou É proibido esquecer!

O golpe civil-militar de 31 de março de 1964 alterou o regime de governo então em vigor no Brasil e a vida em sociedade em aspectos que poderíamos qualificar como amplos, gerais e irrestritos. Se a menção “ampla, geral e irrestrita” foi utilizada no processo de abertura mais como um desejo incontido e materializado em registros videográficos do retorno dos exilados ao Brasil, do que como conquista efetiva, durante os 21 anos de regime militar os movimentos políticos no país foram marcados por um ir e vir do autoritarismo, associados pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil durante o governo de Ernesto Geisel, aos termos cardiológicos sístole (tensionamento) e diástole (distensão).

O acirramento da ditadura militar implantada naquele período, sobretudo com a promulgação do ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, converteu a censura em prática corriqueira, também no jornalismo. Seis décadas após a partida de uma marcha golpista de Juiz de Fora (MG), que encontrou eco e acolhida nos quartéis do Rio de Janeiro e, posteriormente, em todo o país em 1964, percebe-se no tempo presente um desejo de narrar experiências silenciadas durante os chamados *anos de chumbo*. As narrativas sobre a repressão e a memória da censura emergem em diversas formas de expressão artística e midiática, entre elas, na produção audiovisual de caráter público. Por isso, como trilha sonora desta introdução,





propõe-se uma releitura da canção de Caetano Veloso intitulada *É proibido proibir*, como forma de salientar esse desejo de lembrar e narrar um período no qual muitas vozes, estéticas e estilos teriam sido interditados.

A reflexão sobre as estratégias de não esquecimento dos golpes sofridos pela democracia brasileira, efetivo e tentado, como chave motora da cobertura da TV pública inclui também um olhar sobre como os jornalistas, como categoria profissional e atores sociais, produzem vestígios sobre a memória da censura na/da mídia naquele período. Vídeos que integram a edição noturna do telejornal *Repórter Brasil* de oito de janeiro de 2024 e o programa especial *Paralelos*, veiculado pela TV Brasil em dois de abril de 2024, constituem a empiria do trabalho, interpretada por meio da análise da materialidade audiovisual (Coutinho, 2018).

Entre os aspectos evidenciados no estudo inclui-se o uso da cor e os sentidos enunciados, quer por meio da edição de imagens, quer em sua associação com o texto, a partir dos quais são tecidas e percebidas as tentativas de construir uma memória por contraste e paralelismo. Por meio dos materiais analisados são narradas relações de alteridade e/ou identidade dos atos golpistas de oito de janeiro de 2023 com o golpe de 1964, este aqui entendido como tempo do passado vivido, e o tempo do passado presente, aquele tentado pelos que participaram dos ataques à sede dos poderes constituídos em busca de provocar a intervenção militar, e a destituição de Lula, em seu terceiro mandato eletivo.

O fluxo de análise sobre a rememoração empreendida em dois produtos jornalísticos da emissora de televisão pública tem início com um olhar sobre matérias relativas ao marco de um ano da tentativa de golpe realizada em janeiro de 2023. O desejo tornado vinheta veiculada nos noticiários da TV Brasil durante a cobertura de caráter especial interpretada como parte do ato de rememoração em telas, dá título à seção seguinte do texto, *Democracia Restaurada*, em que os vestígios do golpe de 1964 estão inscritos no tempo narrado que intitulamos passado presente.

O segundo movimento evidencia, a partir da análise de um programa especial veiculado pela emissora pública em dois de abril, os paralelismos entre os golpes contra a democracia, efetivado e tentado, em 1964 e em 2023, respectivamente. Os tempos do passado vivido e do passado presente inscrevem jornalistas e espectadores em uma memória audiovisualmente compartilhada que reforça: *é proibido esquecer!*





A partir desses dois momentos – em que são acionados na emissora imagens e sons e produzidos sentidos por meio da narração e da edição audiovisual de materiais sobre os atos golpistas – busca-se neste artigo compreender a reconfiguração de memórias de silenciamento pelos jornalistas. Como defende Barbosa (2004, p. 4), a ação jornalística tem um caráter memorialístico, por meio do qual seria narrada “uma memória que obedece a critérios subjetivos e engendra a questão do poder”. Entendendo, como a autora, a televisão como duplo lugar de memória, a proposta é compreender as narrativas veiculadas como atitude de resistência e alerta, sendo o não esquecimento uma promessa de antídoto contra ameaças à democracia.

Em termos teóricos o texto tem como referência no campo dos estudos de memória, em interface com a comunicação, as contribuições de Barbosa (2004, 2014) e de Barbosa e Rêgo (2023). No que se refere à memória da televisão como mídia, recorre-se a autores como Eco (1986) e Scolari (2008): o primeiro narra transformações da história da televisão em tempos que correspondem na atualidade ao passado enquanto o segundo trata da convergência da TV com outros meios em mutações do tempo presente.

De acordo com Eco (1986), a primeira fase da TV, a “paleoTV”, compreende o período de 1950 a 1970, tendo a televisão completamente concentrada em um estado nacional com marcas do monopólio público e a tutela do governo. A esse momento sucederia a etapa da “neotelevisão” que, ainda de acordo com Eco (1986), teria início na metade da década de 1970. Nesse momento seriam reordenados os fluxos de produção e recepção dos produtos audiovisuais. Não existe um consenso quanto ao fim dessa fase (Scolari, 2008; Verón, 2019) e algumas emissoras ainda guardam semelhanças com suas características, ainda que em busca de inovação. Fato é que, inspiradas na contribuição de Eco, diversas nomeações dão conta de conceituar uma terceira fase histórica dos estudos televisivos, diante de um modelo fractal de distribuição, alterando a fruição do telespectador e superando o “fluxo televisivo” conceituado por Williams (2016). O termo “hipertelevisão”, por exemplo, foi cunhado por Scolari (2008), considerando o ambiente de convergência midiática com a audiência segmentada. O autor (Scolari, 2008) defende que o sistema da televisão, suas lógicas de uso e formatos estariam sendo redesenhados pela combinação com outras espécies mediáticas e transformações em todo o ecossistema com a difusão das tecnologias digitais.





Tais reflexões acerca da TV como mídia e como sistema de presença e de registro de memória podem ser consideradas generalistas, para usar expressão de Wolton (1996) ao construir uma proposta de uma teoria crítica da televisão. Não há nesses estudos sobre o desenvolvimento das fases televisivas uma reflexão sobre distinções quanto à natureza da propriedade ou exploração das emissoras, se realizada de forma comercial, estatal ou pública. Com relação à TV pública, em particular, há que se destacar a ausência de conceituação e mesmo de experiências consolidadas no Brasil, país em que a “colonização audiovisual” (Pereira; Coutinho, 2020) tem características estabelecidas pelas emissoras privadas.

Assim, neste artigo, para a realização das reflexões a partir do contato com a empiria, no caso da televisão pública, e, nela, do telejornalismo em particular, são tomados como referências trabalhos de autoria de Coutinho (2013, 2015); Vieira e Coutinho (2017); Oliveira Filho e Coutinho (2017). Tais estudos têm início a partir de uma demanda do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) por avaliação do telejornalismo na TV pública e que resultou em um acordo de cooperação técnica entre a Empresa Brasil de Comunicação e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Os resultados preliminares foram consolidados em relatórios entregues ao Conselho Curador, este extinto no início do mandato de Michel Temer, em 2016.

Se o telejornalismo nas emissoras de televisão pública tinha potencialidades de experimentação das promessas de exercício efetivo do direito à comunicação (Coutinho, 2013), nem sempre as práticas investigadas revelaram seu cumprimento. Entre os fatores a justificar impedimento à uma prática de jornalismo audiovisual mais cidadão estariam aspectos relacionados ao que Vieira e Coutinho (2017) conceituaram como “autonomia relativa da emissora” e que considerou impactos como regime de contratação e financiamento como limitadores editoriais. Nesse sentido, para além da celebração das potencialidades da TV Brasil como espaço para a prática informativa diversa, é importante avaliar a qualidade do telejornalismo nas emissoras públicas, como propõem Oliveira Filho e Coutinho (2017).

Há ainda que considerar-se que a emissora pública integra um universo de presenças e modelos de produção no campo da radiodifusão brasileira e ainda de outras formas midiáticas, como aquelas de natureza digital e da sociedade do telejornalismo tal como qualificada por Vizeu (2008).





Apresenta-se a seguir dois exercícios de interpretação sobre os atos de narrar e de não esquecer, a partir de Análise da Materialidade Audiovisual (AMA) de duas peças jornalísticas veiculadas pela TV Brasil em 2024.

Democracia Restaurada: passado presente em tela

Os fluxos audiovisuais veiculados em televisão aberta e disponíveis na plataforma digital YouTube da TV Brasil, emissora pública vinculada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), constituem a materialidade audiovisual para o exercício de análise e interpretação da memória midiaticizada dos atos terroristas de oito de janeiro de 2023. Os ataques às sedes dos três poderes constitucionais do país foram publicamente reconhecidos como uma tentativa de golpe à democracia, resultado da inconformidade de setores radicalizados da sociedade com os resultados das eleições presidenciais de 2022 e, conseqüentemente, com a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva para seu terceiro mandato, em 1º de janeiro de 2023.

Ao narrar o marco de um ano da tentativa de golpe na edição noturna do telejornal *Repórter Brasil*, a emissora pública recorre a estratégia já mobilizada antes, como apontou Coutinho (2015, p. 03) em análise sobre a rememoração da censura pela TV Brasil:

Constituída tardiamente, já no século XXI, a TV Brasil, televisão pública de alcance nacional, narra o passado buscando construir no presente o seu lugar como desveladora do real, como emissora capaz de narrar com independência e autonomia. Por meio desse tipo de material audiovisual, a emissora narra também sua busca por legitimidade, pela adesão do cidadão à sua programação.

Realizada em 2024, a cobertura do registro das memórias do golpe tentado um ano antes, em oito de janeiro, narra também outro momento na trajetória da TV Brasil como emissora pública, ainda em busca de audiência e de apoio da sociedade civil. A própria história da emissora também é marcada por diástoles e sístoles, momentos de maior abertura ou de postura editorial mais restritiva, menos pública e mais governamental. Resultado de demandas por democratização tornadas síntese no I Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado pelo Ministério da Cultura em maio de 2007, a TV Brasil surge em 2007 por meio da medida provisória nº 398, que institui princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública e





autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC à qual a emissora é vinculada.

O I Fórum Nacional de TVs Públicas buscou evidenciar as distinções entre a radiodifusão pública e a estatal, inscrita na Constituição Federal, mas pouco experimentada na gestão das emissoras de exploração não comercial, sobretudo por aspectos relativos ao financiamento. Tal perspectiva, que se associa neste texto ao movimento de diástole, correspondeu ao período compreendido entre o segundo governo Lula e os mandatos de Dilma Rousseff. Sua arquitetura de funcionamento previa então a existência de um Conselho Curador, composto majoritariamente por representantes da sociedade civil, a garantir independência e vínculo com o público, tanto da TV Brasil quanto da Agência Brasil e emissoras de rádio integrantes da EBC. Cabia ao Conselho, entre outras atribuições, avaliar a programação dos veículos de comunicação públicos, tarefa realizada a partir de parcerias com universidades como Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com esta última para análises sobre o telejornalismo na TV Brasil. O livro *A informação na TV Pública* (Insular, 2013), foi um dos resultados dessa parceria, evidenciando as potencialidades do jornalismo em emissoras de exploração comercial que constitui-se em “[...] alternativa concreta para a prática de um jornalismo orientado de forma efetiva pela observância do interesse público e caracterizado pelo exercício do direito à informação e comunicação” (Coutinho, 2013, p. 28).

Na primeira década de funcionamento da emissora, entre dezembro de 2007 e setembro de 2016, tais princípios ganharam materialidade em seu fluxo audiovisual, com veiculação de programas de distintos gêneros televisuais: noticiários, documentários, programas de reportagem e de debate, entre outros. Os materiais exibidos, alguns premiados nacional e internacionalmente, eram produzidos pela equipe da TV pública ou eram produções independentes e de emissoras parceiras. Um dos pontos altos da oferta jornalística nesse período foi a cobertura do *impeachment*, este também entendido por muitos atores do campo político e jurídico como uma forma de golpe parlamentar, quando a TV Brasil registrou índices de audiência inéditos a partir da transmissão ao vivo das manifestações em apoio à presidenta Dilma Rousseff. Tal cenário de independência editorial foi alterado com a posse de Michel





Temer, quando o Conselho Curador e o mandato fixo do presidente da EBC foram extintos pela Medida Provisória nº 744, de 2016, encerrando nesse ato também as promessas de independência editorial nos meios de comunicação públicos.

A edição da Medida Provisória nº 744/2016, que extinguiu o Conselho Curador e o mandato fixo da Presidência da EBC, deu início em 1º de setembro de 2016 a um período da história da TV Brasil associado ao movimento de sístole, com maior tensionamento entre os profissionais e direção, que se acentua durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022). Entre agosto de 2018 e agosto de 2022 foram publicadas anualmente edições do “Dossiê de Censura e Governismo na Empresa Brasil de Comunicação”, documentos elaborados pela Comissão de Empregados que denunciavam o sequestro da comunicação pública nesse período.

[...] casos de censura ou de governismo na linha editorial dos veículos, ainda que agravados recentemente, não chegam a ser propriamente novidade na história da empresa. A maior novidade nesse sentido veio com o fim dos instrumentos que zelavam pelo cumprimento da missão pública e discutiam o seu conteúdo. Isso escancarou as portas para a censura e o governismo nos veículos da empresa sem qualquer instância em que o conteúdo que produzimos pudesse ser debatido (Comissão de Empregados da EBC; Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, 2018).

Com o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a empresa experimentaria um novo movimento de diástole, com esforço por realizar a distinção das ofertas de natureza estatal (realizadas por meio do Canal Gov) daquelas produções com perfil de comunicação pública. A ampliação da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), sobretudo a partir do segundo semestre de 2023 integra esse esforço por mais abertura à cidadania na programação dos veículos da EBC, como a TV Brasil.

É nesse terceiro momento da trajetória da TV Brasil que as produções tomadas como objeto empírico são veiculadas. Compreender os tons e ritmos de publicização dos produtos em vídeo selecionados é parte do (re)conhecimento dos paratextos, etapa que integra a (AMA). Antes da apresentação dos resultados da “entrevista do objeto”, recurso investigativo-interpretativo para o contato com o material empírico, conforme propõe Coutinho (2018), ao apresentar o método, evidenciam-se os eixos a partir dos quais observação e reflexão foram realizadas: personagens, imagens e memórias do golpe na tela. Os materiais em vídeo por meio dos quais se analisou a cobertura da memória de um ano da tentativa de golpe, em janeiro de





2023, foram veiculados em edição especial do *Repórter Brasil*, noticiário veiculado pela TV Brasil nas noites de segunda a sábado. O programa com 58 minutos de duração foi ancorado em externa, pelo seu editor chefe e apresentador, que dialogou ao vivo com repórteres localizadas nas sedes dos três poderes, e as apresentadoras Lara Fonseca e Iara Balduino no estúdio da emissora em Brasília.

A memória da tentativa de golpe de oito de janeiro na tela da emissora pública foi realizada sempre em contraste com um ambiente democrático, de normalidade e de segurança institucional. Para isso, a edição foi ancorada direto da Praça dos Três Poderes, em Brasília. O telejornal *Repórter Brasil* de oito de janeiro de 2024 começa com uma espécie de clipe, música instrumental ao fundo e imagens do atentado golpista ocorrido um ano exibidas em cores e em edição acelerada. Uma mão com luva segura a Constituição, marcando parte de seu resgate. Na cena seguinte ela surge, inicialmente exposta como documento histórico em uma vitrine, e, depois, nas mãos de representantes dos três poderes constitucionais: Lula (Executivo), Rodrigo Pacheco (Legislativo) e Luís Roberto Barroso (Judiciário).

Apresentador e editor chefe do programa, Guilherme Portanova é quem assume a voz inicial da narração jornalística, das ruas, tendo ao fundo o Palácio do Planalto iluminado com a cor verde, como a esperança. “Exatamente há um ano o Brasil parou...essa praça foi transformada em campo de batalha por manifestantes, invasores, vândalos” (*Repórter Brasil*, 8 jan. 2024), salienta o contraste com o cenário de 2024, de calma. As imagens exibidas em cores e em ritmo quase caótico de edição pertencem a um passado presente, que é rememorado pelo jornalista: “Não foi um fato isolado e sim um capítulo a mais de uma história iniciada meses antes...uma história que será contada em detalhes na edição de hoje” (*Repórter Brasil*, 8 jan. 2024). Da Praça dos Três Poderes, ele chama as outras apresentadoras da edição que estão no estúdio da TV Brasil, em Brasília. Elas anunciam as manchetes da edição, em uma escalada³ inteiramente apresentada em *off*. Dos seis temas apresentados, os quatro primeiros se relacionam à cobertura memorial das respostas do presente ao atentado golpista de oito de janeiro de 2024 e das tentativas de garantir um futuro em que a Democracia seja um valor consolidado.

³ Escalada é a apresentação das manchetes do telejornal ao início da edição pelo(a) apresentador(a) do programa.





Após a vinheta do telejornal *Repórter Brasil*, o apresentador reforça ao vivo o papel do Jornalismo como guardião de um passado recente: “Só pra refrescar a memória, em dezembro, pouco menos de um mês antes do atentado houve incidente com caminhão tanque” (*Repórter Brasil*, 8 jan. 2024). Da Praça dos Três Poderes, o âncora adiciona a referência anterior dos ataques do setor hoteleiro norte e narra uma crescente de ameaças, de tentativas de mudança da regra do jogo, de um golpe de Estado: “a nossa reportagem vai começar a contar essa história relembrando” (*Repórter Brasil*, 8 jan. 2024). A narração começa com uma vinheta própria da cobertura especial, em que imagens estáticas das sedes dos três poderes são exibidas em sépia, que remete a um certo tom documental, com a marcação final do título: “Democracia Restaurada”. Tem início a primeira reportagem do programa, em narrativa próxima do documental. Sobe som ambiente, gritos de guerra durante o ato golpista de janeiro de 2023. As imagens são exibidas, em cores e de forma acelerada. Por meio de efeito de edição/arte, somos os olhos da câmera; mira e obturador compartilhados com os espectadores, alvo ao centro e marcações laterais do campo. As imagens dos atos golpistas, música instrumental de fundo, são encadeadas com trechos de depoimentos de populares sobre a reação ao ver as imagens da tentativa de golpe. São cidadãos que estão em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, em sua maioria jovens, que não teriam vivenciado o golpe civil militar de 1964. “Eu esperava a polícia fazer alguma coisa. Cadê o Estado? Cadê o Estado de direito?” (*Repórter Brasil*, 8 jan. 2024), questiona uma entrevistada na Avenida Paulista. A resposta é um sobe som de imagem registrada em janeiro de 2023 em que manifestantes golpistas confraternizam com um policial militar em carro oficial: “ele vai proteger nós” [sic] (*Repórter Brasil*, 8 jan. 2024). A reportagem inclui trecho de entrevista com um cientista político, abordando o ato planejado como estratégia de regimes totalitários, e ampla utilização de imagens de arquivo, com direito à sobe som. Flávio Dino, então ministro da Justiça garante: “não conseguirão, não conseguirão destruir a democracia brasileira” (*Repórter Brasil*, 8 jan. 2024). A matéria é encerrada com as vozes populares, agora com inserção gráfica de seus nomes nos créditos, demandando punição e celebrando em tom otimista o fortalecimento da democracia.

Do passado ao presente, o apresentador convoca uma repórter que está no Congresso Nacional, sede do poder Legislativo. Ao longo da edição essa estratégia é repetida nas sedes dos outros dois poderes, com a entrada de repórteres do Palácio do Planalto (sede do Executivo)





e do Supremo Tribunal Federal (sede do Judiciário). Nas suas participações ao vivo, todas as repórteres destacam o contraste entre a situação de normalidade do presente, com reconstrução de peças e obras históricas, em contraste com o cenário de destruição registrado há exatamente um ano, durante o atentado golpista. Em uma narrativa ao vivo em primeira pessoa, evidenciando ou não a presença de repórteres cinematográficos na cena, repórteres assumem-se simultaneamente como personagens do passado presente e como testemunhas. As reportagens editadas que mostram as cerimônias em defesa da democracia no oito de janeiro de 2024 colocam em cena imagens do tempo presente, prioritariamente, e depoimentos de representantes dos poderes, como a do presidente Lula, que encerra a matéria editada sobre o evento no Congresso Nacional: “não há perdão para quem atenta contra a democracia, contra seu país e contra seu próprio povo, o perdão soaria como impunidade, e a impunidade como salvo conduto para novos atos terroristas em nosso país” (*Repórter Brasil*, 8 jan. 2024). Há ainda entradas ao vivo de repórteres que acompanham atos em defesa da Democracia realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro e uma reportagem com registros de atos em outras localidades do país, como Goiânia (GO), Belo Horizonte (MG) e Salvador (BA).

A presença de especialistas, marca diferencial da informação na televisão pública (Coutinho, 2013), é outro aspecto que merece destaque. Eles participam da edição especial ao vivo, caso do cientista político Creomar de Souza, entrevistado ao vivo diretamente da Praça dos Três Poderes, ou remotamente, em depoimentos que integram as reportagens veiculadas durante a edição, como os(as) pesquisadores(as) André Rosa, Pedro Mourão e Hannah Maruci. Se a dimensão do ao vivo permite evidenciar os diálogos entre jornalista e entrevistado e um maior aprofundamento, a realização de entrevistas remotas, em um novo normal pós pandemia, coloca o especialista em primeiro plano, ao falar diretamente para o público, ainda que com a mediação de tecnologias – como internet e televisão – e jornalismo. Há um comum entre os depoimentos, ao vivo ou editados: a busca por compreender indícios dos atos golpistas no passado, avaliar os riscos de sua repetição no presente e a perspectiva de construção de antídotos para eventuais tentativas de golpe.

Outra entrevista ocorreu de forma remota a partir da mediação da jornalista Vanessa Casalino; entre janelas na tela do noticiário ela interage com Rodrigo Vianna, creditado no vídeo como jornalista e analista do ICL Notícias, um *site* independente. É uma estratégia trazer o





profissional do Jornalismo para o centro da avaliação, como fonte de discurso presente no vídeo, e não apenas na seleção do que será tornado memória. O jornalista-analista entrevistado evidencia a crença na solução futura dos processos judiciais relativos aos atos de golpistas, que inclua a punição de “financiadores e incentivadores”, e pela primeira vez evidencia, quase ao final da edição, a referência explícita ao envolvimento de militares na tentativa de golpe de oito de janeiro de 2023: “esse foi um golpe também militar, articulado por setores das forças armadas” (*Repórter Brasil*, 8 jan. 2024). Com esse registro, associado à defesa da necessidade de regulação de redes sociais, e de uma ação jurídica e política, o entrevistado resgata a memória do golpe civil-militar de 1964, até então presente mais como temor do que como discurso publicizado na cobertura da TV Pública.

Na edição do *Repórter Brasil* buscou-se narrar apenas um passado presente, superado pela manutenção da Democracia, que surgiu na tela com diferentes adjetivações: “Democracia Inabalada”; “Democracia Consolidada” e “Democracia Restaurada”. Dos adjetivos aos desejos de consolidação da Democracia, com aprisionamento do período ditatorial àquele vivenciado por 21 anos na segunda metade do século XX, a memória do golpe de 1964 permanece como sinal de alerta. Ainda que não narrada de forma explícita na edição especial do *Repórter Brasil* de oito de janeiro de 2024, essas conexões e temores são trazidos à tona em outro programa especial veiculado pela emissora em dois de abril de 2024.

Paralelos e temores presentes: em tela, fluxos sobre memórias vividas nos 60 anos do golpe

Com o caráter de produção especial, o programa *Paralelos* foi anunciado no dia em que o golpe civil-militar completava 60 anos, 1º de abril de 2024. Conforme trecho de matéria veiculada no *Repórter Brasil*, edição da tarde:

Sessenta anos após o Golpe de 1964: as discussões sobre suas consequências continuam até hoje. No dia oito de janeiro de 2023, atos antidemocráticos chocaram o Brasil, trazendo lembranças sombrias desse período histórico. Nesta terça-feira, às 23h, a TV Brasil exibirá o programa “Paralelos”, uma tentativa de entender as repercussões sociais, econômicas e políticas dos dois episódios (*Repórter Brasil*, 1 abr. 2024).

A produção original da TV Brasil é apresentada pela jornalista Luciana Barreto, tem roteiro do professor e jornalista Gabriel Priolli e traça um comparativo entre o golpe de 1964 e





a tentativa de golpe de janeiro de 2023. Com duração de 48 minutos e 23 segundos, o material é construído a partir de entrevistas com especialistas, que narram os contextos social, histórico, econômico e constitucional das duas épocas, a partir da interlocução com a jornalista, em cena, e com as marcas de edição. Participam do especial o historiador Renato Lemos (UFRJ), o cientista político Luis Felipe Miguel (Unb), a advogada e procuradora federal Manuellita Hermes e a professora e historiadora Larissa Rosa Corrêa (PUC-Rio).

O programa especial tem início com uma profusão de imagens editais, que colocam em cena passado vivido (1964) e passado presente (2023). Imagens fotográficas de manchetes de impressos diversos, fotografias, som instrumental indicando tensão, alerta, sons similares a vidros que se partem... democracia sob ataque. Imagens dos militares em marcha, em preto e branco, misturam-se às de participantes do ato golpista de oito de janeiro de 2023, em cores. Na tela, em uma imagem vertical, captada por celular, um golpista com a camisa da seleção anuncia, como comemorando: “tomamos o STF, tomamos o Congresso, tomamos o Planalto, tomamos!”. A esse anúncio se sucedem imagens em preto e branco, associadas a áudio com marcas do tempo, ruídos similares ao de registros em fita ou discos: “Atenção...tropas do Segundo Exército sitiaram a sede do estado da Guanabara”. Seguem-se imagens da posse de militares que sobem a rampa do Congresso Nacional em 1964.

No estúdio, com fundo preto e iluminação direta, a jornalista Luciana Barreto apresenta a proposta do programa e seus interlocutores:

O golpe de 1964, que deu início a uma ditadura no país, chegou aos 60 anos. Foi o mais longo período antidemocrático da República brasileira. Foram 21 anos com o parlamento controlado, a justiça tolhida, a mídia censurada e o povo intimidado. O dia 8 de janeiro de 2023 nos trouxe de volta a lembrança desse período sombrio da história do Brasil. Muitos temeram um novo golpe. É possível traçar paralelos? É o que esse programa especial vai discutir (*Paralelos*, 2 abr. 2024)

O primeiro bloco do programa apresenta uma fala inicial de cada um dos entrevistados, associados aos universos da História (2), da Lei (1) e da Política (1). Na passagem de bloco temos imagens que misturam passado remoto e passado presente, 1964 em preto e branco, e 2023 em cor. Há sobre som de manifestantes de atos golpistas de 2023 – “Deus, Pátria e Família” – associado a trechos das entrevistas com os convidados, remetendo a 1964 e a janeiro de 2023.





O segundo bloco começa com a apresentadora em estúdio e tem as motivações como eixo central.

A procuradora federal Manuelita Hermes reforça a necessidade de lembrar sempre do dia 31 de março de 1964 para que não caia no esquecimento, enquanto o professor da UnB Luiz Felipe Miguel ressalta o papel das elites brasileiras, associadas ao contexto externo, dos Estados Unidos, para explicar o golpe realizado há 60 anos: “o que tivemos em 1964 foi um golpe clássico” (*Paralelos*, 2 abr. 2024). O papel golpista dos Estados Unidos, sobretudo em países da América Latina, também é destacado pela historiadora e professora da PUC-Rio Larissa Rosa Corrêa, que salienta ainda a participação da imprensa, de grupos empresariais e, sem dúvida, de militares e de outros setores da elite do Brasil no golpe de 1964. No estúdio, o historiador Renato Lemos conversa com a apresentadora e explica que a oposição ao presidente João Goulart na época se traduziu em uma oposição à Constituição Federal, em sua dimensão democrática, enquanto imagens amareladas de jornais da época são inseridas no vídeo. Há registros imagéticos de manifestações da sociedade civil em 1964, com faixas, onde é possível ler referências a Deus e à Liberdade.

A imprensa é parte central da história relemburada, em manchetes no vídeo – como a de um jornal que trazia uma avaliação do então presidente João Goulart, “Comício não ameaça o povo: a fome, sim” – e na avaliação dos especialistas, como Larissa Corrêa, entrevistada no programa:

[...] é muito difícil a gente pensar 64, o sucesso do golpe, a realização e efetivação do golpe, sem pensar no papel da imprensa que relacionava João Goulart ao partido comunista, à União Soviética, à China e que foi então construindo essa narrativa de inviabilização do governo João Goulart. (*Paralelos*, 2 abr. 2024).

Por meio da articulação e de perguntas da jornalista, os encadeamentos e paralelos entre 1964 e janeiro de 2023 surgem nas avaliações dos entrevistados, que reforçam ter ocorrido no passado presente “uma nova tentativa de golpe de estado no Brasil”. Avaliações sobre a conjuntura, descontentamento com o aprofundamento de pautas sociais, de setores vinculados às elites seriam convergências entre o golpe concretizado em 1964 e sua tentativa de reedição com os atos de janeiro de 2023. A exaltação da pátria e o discurso antipolítico são evidenciados pela procuradora, que associa uma percepção de desencanto à busca por uma salvação mítica,





não racional. Sobe som com imagens de Rosa Weber, então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que propõe o oito de janeiro de 2023 como o dia da infâmia e ao mesmo tempo da “resistência da democracia constitucional que restou inabalada” (*Paralelos*, 2 abr. 2024).

Outros dois eixos do documentário são Articulações - Como se dá um golpe de estado? Personagens? Caminhos percorridos? - e Consequências, sobretudo para a democracia e relação entre os poderes. A constatação é novamente de paralelos, da tentativa de golpe de oito de janeiro como semelhante a ação militar planejada, como consolidação de uma conspiração e não um ato espontâneo. O cientista político aborda a importância de compreender as razões dos grupos de adesão: religiosos, classe média não identificada com o sistema político e setores do empresariado que acreditavam ser necessário reduzir conquistas dos trabalhadores. A procuradora avalia que ainda assim o oito de janeiro de 2023 foi “dia de derrota para eles e vitória da democracia” (*Paralelos*, 2 abr. 2024). O bloco encerra com sobe som de registro do passado presente e imagens de prisões.

O último bloco do programa tenta construir um desfecho que pode ser lido também como alerta: o que faz a intenção virar fato? Quais as consequências do golpe vivido em 1964 e tentado em 2023? Os especialistas reconhecem o golpe efetivado como ação voltada à modernização do capitalismo brasileiro, tendo como reflexos o fim da estabilidade no emprego e ataques ao movimento sindical. A implantação de uma política modernizante, mas autoritária e conservadora, teve como reflexos a conquista do vice-campeonato em desigualdade social pelo Brasil. Se com os atos institucionais alguns setores que apoiaram o golpe mudaram suas narrativas, a constituição de 1988 e sua opção pela não punição - legal, política e simbólica - poderia explicar as ameaças ainda existentes no tempo presente, sendo o esquecimento um risco travestido de estratégia de conforto, na avaliação de Manuelita Hermes em trecho de entrevista editado e reproduzido abaixo.

Aqui no Brasil muitas vezes temos o conforto de esquecer...mas esquecimento não apaga. E o 8 de janeiro diz muito desse movimento, mostra como parcela da população subestimou esse movimento real que existia, que se articulou e que tentou, mas a democracia foi mais forte. Mas foi um movimento que deve ser sim considerado (*Paralelos*, 2 abr. 2024).

Capas de jornais em cor, do passado-presente, trazem à tona a necessidade de vigilância de especialistas, da mídia e da sociedade civil para que os golpes não se repitam no Brasil.





Constata-se que uma tradição cultural, narrada ou inventada, do país da conciliação teve como reflexo de fato a não demonstração da superioridade do poder civil sobre o militar. Há assim uma tensão presente com uma espécie de pacto implícito de não mexer com os militares, associada à expectativa de sua punição futura pelo Supremo Tribunal Federal.

Como no registro de caráter factual de oito de janeiro de 2024, no material que rememora no presente os golpes efetivado e tentado, o poder judiciário emerge como personagem garantidor da cidadania. Seria dele esse papel? Qual seria a responsabilidade de jornalistas, da mídia e dos demais poderes?

Considerações finais

Diante da análise da materialidade audiovisual apresentada a partir do telejornal *Repórter Brasil* e do programa *Paralelos*, ambos veiculados pela TV Brasil, a emissora pública do país, fica exposto que entre sístoles e diástoles do fluxo jornalístico, o “pulso ainda pulsa”, na vigília contínua do exercício da profissão de jornalista, tendo o não esquecimento como uma estratégia de antídoto contra ameaças à democracia. Essa busca por inscrever e tensionar o passado a partir de registros audiovisuais em tela foi descrita de forma preliminar como estratégia analítica para evidenciar os eixos interpretativos: uso da cor e sentidos produzidos nas relações de identidade e diferença entre o passado vivido, do golpe vivido de 1964, e o passado presente, materializado em sua tentativa de reedição em janeiro de 2023. Nos vídeos analisados, o não esquecimento emerge como efeito de sentido buscado por fontes, repórteres e pelo jornalismo produzido pela TV pública.

Por meio da análise realizada, reconhece-se o jornalismo narrando e atuando como instituição social que ocupa um campo sacralizado como discurso social de relevância, sendo o porta-voz da “verdade do mundo” e da lembrança. Logo, como memória social, carrega a missão de narrar um acontecimento de interesse público. Ao exibir as cenas do golpe e da tentativa de um novo golpe, reconfigura seus processos no presente também para um futuro, no qual cada ação será consumida como emblema de uma época, os nexos memoráveis que renascem da atitude jornalística no século XXI, perante a restauração de uma democracia “sequestrada”, rememorando as cenas golpistas.





Assim, conforme analisado neste trabalho, a edição especial do noticiário *Repórter Brasil* recorda a tentativa de golpe no dia oito de janeiro de 2024 direto do local do acontecimento golpista, da Praça dos Três Poderes, reforçando o “valor-verdade” e cumprindo o estatuto de autoridade jornalística. O uso da imagem da Constituição em cena como retomada democrática, a agilidade na edição entre som e imagens e a marcação de cores se revelaram, de fato, como valor estratégico audiovisual do lugar de fala do Jornalismo na emissora pública do país, a TV Brasil. De modo igual, na mesma temática, o programa *Paralelos* deu conta da função social jornalística de marcar os 60 anos do golpe civil-militar, em 1º de abril de 2024. Os fantasmas sombrios golpistas da representação daquilo que Eco (1986) denominou “paleoTV” foram exibidos em tela a partir de códigos televisuais de regimes ditatoriais, dos sons de alertas contínuos, dos registros fotográficos, das manchetes de época, mas também das vivências do agora e da captura das cores verde e amarelo pela extrema direita e de outros signos que dialogam com a ideia de “hiperTV” (Scolari, 2008). Nota-se, portanto, um compilado imagético de recuperação do passado e rastreamento do presente para traduzir o jornalismo como lugar de (re)existência e defesa à democracia.

Torna-se evidente o esforço jornalístico de não apagamento dos 60 anos do golpe civil militar de 1964 e do alerta da tentativa de golpe de janeiro de 2023. Registros na tela revelam ainda empenho em evitar interpretações errôneas sobre o regime político ditatorial, como aquela do equivocado editorial da *Folha de S.Paulo* que, em fevereiro de 2009, “chamou de ‘ditabranda’, numa alusão a não intensidade das ações repressoras. Essa interpretação não encontra justificativa: de fato houve muitos atos desumanos, promovendo o extermínio sem tréguas dos opositores, como uma política deliberada de Estado” (Barbosa; Rêgo, 2023, p. 85).

Desse modo, se as imagens produzidas pela TV Tupi do Rio de Janeiro em 1968 sobre a “Passeata dos Cem Mil”, uma manifestação popular do movimento estudantil contra a ditadura militar brasileira, destacaram o lugar de visibilidade para a apresentação da multidão como “imagem-síntese” do século XX, servindo como acontecimento televisivo memorável, conforme pontuou, Barbosa (2014), talvez daqui a alguns anos, as imagens do passado presente exibido pela TV Brasil possam representar o domínio televisual de uma época. Elas ganharam novos contornos, compondo uma gramática televisual mais difusa, conjugando verticalização, colaboração, estéticas, novos sujeitos falantes, ou seja, características próprias das telas do





século XXI. Nesse tempo presente, e em direção a um devir democrático, a função social do jornalismo se sustenta e se alimenta da própria necessidade/poder de metamorfose que possui. O jornalismo é, assim, personagem presente na construção de narrações do tempo passado, que por meio de sons e imagens, registra transformações e permanências, em espiral ascendente de não esquecimentos. Por meio da articulação entre o passado vivido e o passado presente, produz sentidos memoráveis, enquanto registros cinéticos em preto-branco ou cores são alternados em tela como marca ou alerta para o dever de memória a ser (com)partilhado pelos jornalistas em um presente no qual é possível dizer.

Referências

- BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória”? *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2004. p. 1-13. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/5281189434155472217413491799349447635.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- BARBOSA, Marialva. Imprensa e ditadura: do esquecimento à lembrança em imagens sínteses. *In*: **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 3, n. 2, p. 11-20, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4131>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- BARBOSA, Marialva; RÊGO, Ana Regina. Imprensa e censura no contexto da ditadura: entre a memória e o esquecimento. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 12, n. 1, p. 72-89, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/13767/8643>. Acesso: 31 mar. 2024.
- BRASIL. Medida Provisória nº 744, de 2016. Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2016. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126826>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- COMISSÃO DE EMPREGADOS DA EBC; SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL (SJPDF). Dossiê: Censura e governismo na Empresa Brasil de Comunicação. Brasília, DF, ago. 2018. Disponível em: <https://emdefesadaebc.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/08/texto-final-dossie-publicado-site-emdefesadaebc-8-2018.pdf>. Acesso: 27 out. 2023.





COUTINHO, Iluska. Sobre o (Tele)Jornalismo Público: conceitos e métodos de análise. *In*: COUTINHO, Iluska (org). **A informação na TV Pública**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 21-39.

COUTINHO, Iluska. A memória da censura: a reconstrução do passado nas narrativas da TV Pública. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Alcar, 2015. p. 1-15. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17G68Y-bziqgNmaXRunQ7YlryKkJAmHEM/view>. Acesso: 27 mar. 2024.

COUTINHO, Iluska. Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual - da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade audiovisual. *In*: EMERIM, Cárlica; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane (org.). **Epistemologias do telejornalismo brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2018. p. 175-194.

ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade quotidiana**. Lisboa: Difel, 1986.

OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio Silva; COUTINHO, Iluska. Qualidade no telejornalismo público: uma proposta de método de avaliação para jornalistas e cidadãos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 14, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n1p63>. Acesso em: 9 jun. 2024.

PARALELOS. **TV Brasil**. Brasília, DF: EBC, 02 abr. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JboVshThTYo>. Acesso: 16 mar. 2024.

PEREIRA, Gustavo; COUTINHO, Iluska. A colonização audiovisual como alternativa para o local/regional: o caso de Juiz de Fora-MG. **Revista Temática**, ano 16, n. 6, p. 138-154, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/53265/30554>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PINHEIRO, Luiz Claudio Pinheiro; LUGULLO, Marise. **Fórum pede a Lula TV pública independente e democrática**. Câmara dos Deputados. Brasília, DF: Agência Câmara de Notícias, 11 maio 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/99423-forum-pede-a-lula-tv-publica-independente-e-democratica/>. Acesso: 3 abr. 2024.

REPÓRTER BRASIL. Edição 8 jan. 2024. **TV Brasil**. Brasília, DF: EBC, 8 jan. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=myMYOBTNigw>. Acesso: 15 mar. 2024.

REPÓRTER BRASIL. Edição 1 abr. 2024. [Matéria informando sobre exibição do programa *Paralelos*]. **TV Brasil**. Brasília, DF: EBC, 1 abr. 2024.

SCOLARI, Carlos Alberto. Hacia la hipertelevisión: los primeros síntomas de una nueva configuración del dispositivo televisivo. **Diálogos de La Comunicación – Revista**





Académica de La Federación Latino Americana de Comunicación Social, Barcelona, Universitat de Vic, n. 77, p. 1-9., jul./dez. 2008.

VERÓN, Eliseo. Los públicos entre producción y recepción: Problemas para una teoría del reconocimiento. **Mediaciones de la Comunicación**. v. 14, n.1 ,163-179, 2019. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/334244272_Los_publicos_entre_produccion_y_recepcion_Problemas_para_una_teor%C3%ADa_del_reconocimiento. Acesso em: 29 dez 2024.

VIEIRA, Allana Meireles; COUTINHO, Iluska. Reflexões sobre a televisão pública brasileira - análise da autonomia da TV Brasil. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2 , 316 - 335, 2017. Disponível em: https://revistaecopos.eco.uftj.br/eco_pos/article/view/2688. Acesso em: 10 jun. 2024.

VIZEU, Alfredo. **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão**. São Paulo: Ática, 1996.

Submetido em: 21.05.2024

Aprovado em: 25.07.2024

